

**A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM GUARULHOS:
MARCAS E LEGADOS**

**THE TRAJECTORY OF YOUTH AND ADULT EDUCATION IN GUARULHOS:
IMPRINTS AND LEGACIES**

**LA TRAYECTORIA DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN
GUARULHOS: MARCAS Y LEGADOS**

Tiago Cavalcante Guerra (Mestre em Educação)

Professor de História da Rede Municipal de São Paulo e de Guarulhos

E-mail: tiagoc.guerra@gmail.com

RESUMO

Este ensaio apresenta um histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos da cidade de Guarulhos – SP, enfocando os principais aspectos do trajeto desta modalidade de ensino tendo o município como realizador desta política pública. O estudo parte de um levantamento bibliográfico, de documentos oficiais para realizar uma contextualização histórica, indicando alguns apontamentos e legados dessas políticas para a cidade de Guarulhos. Utilizou como principais referências para análise da história das políticas públicas para o ensino de Jovens e Adultos os seguintes autores: Miguel Arroyo, Maria Clara Di Pierro, Vanilda Paiva, Sérgio Haddad e Celso Beisiegel. Como conclusão, indicamos que a trajetória da educação de jovens e adultos na cidade de Guarulhos, tendo raízes em uma educação popular, legou características singulares nas formas de fazer escola, havendo um protagonismo relevante dos educadores nesta prática, além do crescimento do número de pessoas atendidas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. História da educação. MOBRAL. Guarulhos. Políticas Públicas de EJA.

ABSTRACT

This essay presents a brief history of Youth and Adult Education in the city of Guarulhos - SP, focusing on the main aspects of this modality of education's trajectory. The study started by making a bibliographical survey of official documents so as to build a historical contextualization. From this, it was possible to point out some observations and legacies of these policies for the city of Guarulhos. The following authors were used as the main references for the analysis of the history of public policies for Youth and Adult Education: Miguel Arroyo, Maria Clara Di Pierro, Vanilda Paiva, Sérgio Haddad and Celso Beisiegel. Results indicate that the trajectory of Youth and Adult Education in the city of Guarulhos, having roots in popular education, bequeathed unique characteristics in the ways of doing school. In addition, it was possible to observe a relevant protagonism of educators in this practice and the growth of the number of people attended.

Keywords: Youth and Adult Education. History of Education. MOBRAL. Guarulhos. EJA Public Policies.

RESUMEN

Este ensayo presenta un historial sobre la Educación de Jóvenes y Adultos de la ciudad de Guarulhos - SP, enfocando los principales aspectos del trayecto de esta modalidad de enseñanza teniendo el municipio como realizador de esta política pública. El estudio parte de un levantamiento bibliográfico, de documentos oficiales para realizar una contextualización histórica, indicando algunos apuntes y legados desechos políticos para la ciudad de Guarulhos. En el presente trabajo se analizan los resultados de la evaluación de los resultados obtenidos en el estudio. Como conclusión, indicamos que la trayectoria de la educación de jóvenes y adultos en la ciudad de Guarulhos, teniendo raíces en una educación popular, legó características singulares en las formas de hacer escuela, habiendo un protagonismo relevante de los educadores en esta práctica, además del crecimiento del número de personas atendidas.

Palabras Clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Historia de la educación. MOBRAL. Guarulhos. Políticas Públicas de EJA.

1 INTRODUÇÃO

No decurso de sua história, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrentou dificuldades e desafios, tendo ficado, ao longo de décadas, à margem das políticas educacionais. Ao realizar este breve histórico da EJA no Brasil, podemos observar as transformações em torno da modalidade: de uma visão que entendia o analfabetismo de adultos como uma “chaga”, ou um “mal da civilização”, passando por ações sistemáticas do governo federal, chegando ao processo atual de uma política pública com intensa troca de experiências entre a educação formal e a não formal, ou popular (BEISIEGEL, 1974; PAIVA, 1987; CIAVATTA; RUMMERT, 2010).

De certa maneira, a cidade de Guarulhos, no estado de São Paulo, não ficou incólume diante dessas mudanças. Desde as primeiras salas organizadas em torno do chamado Movimento Brasileiro pela Alfabetização (MOBRAL), até a consolidação do atendimento a jovens e adultos como política pública fecunda e enraizada, podemos identificar muitas marcas que dão característica única à educação de jovens e adultos na cidade e que se tornaram legados permanentes.

Pretendo com este ensaio demonstrar as primeiras iniciativas de educação de jovens e adultos na cidade de Guarulhos, concatenadas às proximidades com a educação popular na cidade, perpassando pela institucionalização de formas de financiamento público da modalidade de ensino e, finalmente, com as muitas experiências de pensar o currículo de maneira autônoma e considerando o educando partícipe do processo.

2 O MOBRAL E OS MOVIMENTOS POPULARES EM GUARULHOS

Quando analisamos a história da educação de adultos no Brasil, encontramos iniciativas ainda no final do século XIX, no Império, mas este tema se torna pauta do governo federal apenas na Reforma João Alves, também chamada de Lei Rocha Vaz em 1925. Conhecida por implantar a seriação no Ensino Secundário, uma das proposições trazidas pela reforma era a possibilidade de um ensino noturno para adultos. Para outros autores (CASANOVA, 2015), o marco inicial das políticas voltadas para a população adulta não alfabetizada é a constituição de 1934, que trazia a necessidade de escolarizá-los.

A partir da década de 1940, devido principalmente à pressão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Educação de Jovens e Adultos passa a contar com um Estado mais atuante, através principalmente de ações que visavam à alfabetização, como a criação do Fundo Nacional Primário em 1942, destinando cerca de 25% da verba para a alfabetização de adultos. Mais tarde, em 1947, surge o Serviço de Educação de Adultos no interior do Ministério da Educação e Saúde.

De 1947 a 1964 foram quatro campanhas oficiais organizadas nacionalmente visando especialmente o estímulo à alfabetização – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, Campanha Nacional de Educação Rural, Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo –, porém estas rapidamente se desestruturaram, dado o quadro de precariedade organizacional, estratégica e financeira. Isso sem contar com os movimentos e organizações da sociedade civil envolvidos também com as práticas da alfabetização.

Antes do Golpe Militar de 1964, devemos lembrar as experiências trazidas por Paulo Freire. Entre 1961 e 1964, no arco das pressões em torno da Reforma de Bases, o tema educação e suas várias dimensões ganhavam um capítulo importante para o governo (SAVIANI, 2014). Seria também um dos ramos de maior tensão e pressão dos grupos que conspiravam para a derrubada do presidente João Goulart naqueles anos (BANDEIRA, 1983). Foi criado o Conselho Federal de Educação (CFE), por meio da lei 4024/61, rapidamente homologado pelo ministro Darcy Ribeiro (em 12 de setembro de 1962), permitindo que o Plano Nacional de Educação pudesse ser rapidamente chancelado, o qual previa, entre suas metas, a escolarização de 100% das pessoas na faixa etária entre 7 e 14 anos. Sob a coordenação de Anísio Teixeira, o PNE era uma das bases das reformas proposta pelo governo federal naquele momento (SAVIANI, 2014).

Outro ambicioso projeto era o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que possuiria o maior acúmulo até aquele período. Tratava-se da sistematização em formato nacional da experiência trazida pela Companhia de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) no Rio Grande do Norte. Um dos responsáveis por coordenar o programa era o educador Paulo Freire, responsável pela criação do método em desenvolvimento na cidade de Angicos-RN.

O PNA foi criado em janeiro de 1964 e pretendia criar 60.870 círculos de leitura pelo Brasil com o objetivo de atingir uma população de 1.834.000 adultos, correspondendo a 8,9% da população analfabeta no período. Mesmo com a implantação de alguns projetos-pilotos, o PNA foi extinto em 14 de abril de 1964. A CEPLAR e suas práticas de círculos de cultura foram completamente dizimadas pelas elites e militares que ascenderam com o golpe.

Já sob a ditadura militar, foi criado o Movimento Brasileiro pela Alfabetização (MOBRAL) através da Lei nº 5.379 de 15/12/1967, mas o seu funcionamento se efetiva a partir de setembro de 1970, uma vez que inúmeras foram as transformações e reformulações efetuadas no interior da instituição (OLIVEIRA, 1989). A partir da década de 1970, sob o auspício da fase mais brutal da ditadura militar, o MOBRAL se torna a principal referência em educação de adultos, obtendo uma fonte permanente de financiamento e recorrendo à tecnocracia e bases científicas para dar “solução” ao analfabetismo. Em 1971, a Lei nº 5.962 fixou as diretrizes e bases da educação para o ensino de 1º e 2º graus. É nesta lei que se estabelece o Ensino Supletivo, definindo a sua organização, suas finalidades e objetivos, além da sua destinação.

É também dos anos 1970 que datam as primeiras experiências na educação de adultos na cidade de Guarulhos, principalmente as relacionadas ao Mobral e associadas a movimentos de bairros. As turmas eram organizadas pelo município, em parceria com a sociedade civil, estruturadas em paróquias e associações de bairros, atendendo exclusivamente da 1ª à 4ª série. Toda organização deste sistema ficava a cargo do MOBRAL, que se tornou a principal referência na época em relação à Educação para Jovens e Adultos.

Segundo Oliveira (1989), há duas fases constitutivas do MOBRAL, reveladoras de atuações distintas desta instituição: a primeira compreendida entre o período de 15/12/67 a 05/06/70 e a segunda etapa, datada deste último período em diante. Oliveira indica que o MOBRAL se caracterizaria na primeira fase como “um órgão repassador de recursos. Poderíamos resumir assim essa atuação: recebimento e concessão de recursos financeiros a entidades interessadas em desenvolver ações de alfabetização de jovens e adultos” (OLIVEIRA, 1989, p.

150). Em um segundo momento, o MOBRAL passa a atuar diretamente na aplicação da política, formalizando convênios e atuando na gestão direta dos recursos financeiros. É neste quadro de transformações que o MOBRAL passa a atuar na cidade de Guarulhos.

Com o estabelecimento de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e o Departamento de Educação e Cultura (órgão da Prefeitura Municipal de Guarulhos), firmado em 1971, o MOBRAL atuou com bastante presença na cidade entre os anos de 1970 e 1977, com muitas salas espalhadas pelo município. (GUARULHOS, 2012, p. 13). Em 1977, por exemplo, o Colégio Taboão chegou a ter 250 alunos matriculados.

A partir dos anos 80, o projeto que toma corpo em Guarulhos é o liderado pela Paróquia Nossa Senhora de Fátima. Surgido em 1977, centrado em turmas de alfabetização de adultos junto às favelas de Divinolândia, Vila Flórida, Bela Vista e Vila Fátima - bairros da periferia -, nos barracões comunitários e em casas de membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O Grupo de Educação Popular da Paróquia Nossa Senhora de Fátima tinha a preocupação inicial de construir esses barracões comunitários, realizar visitas familiares, encaminhamentos de saúde, educação infantil e alfabetização de adultos (COSTA, 2014, p. 226). Entretanto, o trabalho ganha novos significados, sendo inclusive um dos embriões da criação do Movimento de Alfabetização para Jovens e Adultos (MOVA) na cidade. Um dos educadores, o professor Hélio Reis, que coordenava o grupo naquele tempo, foi um dos primeiros a receber o apoio direto do educador Paulo Freire após o seu retorno do exílio, em 1980. Segundo Patrícia Cláudia da Costa, “depois de tantos anos de exílio, Paulo Freire falava em reaprender o Brasil e no desejo de conhecer as CEBs, movimento que se destacava na época.” (COSTA, 2014, p. 227).

Ainda na década de 1980, com o fim da ditadura militar, o MOBRAL é extinto, devido a sua ineficiência crônica, mas principalmente pelo estigma que carregava por ser associado a uma educação de qualidade baixa e de domesticação (DI PIERRO, 2000). Em 1986, é criada a Fundação Educar (1985) com objetivos de alfabetizar adultos pelo país. O papel ativo de especialistas que compuseram o grupo de trabalho que criou a Fundação antecipou o debate de muitos tópicos que seriam usados na Constituição em 1988, principalmente naqueles que tratavam da Educação de Jovens e Adultos,

Fazia recomendações, dentre as quais destacavam-se aquelas relativas ao estabelecimento de uma política nacional de educação de jovens e adultos, à ampliação do atendimento e das dotações orçamentárias, bem como a revisão crítica da legislação referente ao ensino supletivo. (DI PIERRO, 2000, p. 56)

A indicação de revisar a política pública para o ensino de jovens e adultos pode ser visto como um sinal positivo, pois pretendia superar a atribuída ineficácia do modelo erigido pelo MOBREAL. Entretanto, a Fundação Educar não tinha ainda disseminado as novas orientações, e a manutenção da estrutura administrativa fortalecia a sustentação dos quadros burocráticos, pouco afeitos às novas tarefas (DI PIERRO, 2000). É perceptível que, a partir de meados de 1980, a Educação de Jovens e Adultos caminha por duas tendências: a primeira em que reúne ações governamentais e outra com forte participação da sociedade civil (PAULA, 2011).

A partir da década de 1990, os programas de alfabetização que sucederam a Fundação Educar procuram convergir as duas características. Estes são os casos dos programas Alfabetização Solidária (1997) e o Brasil Alfabetizado (2003), que adquirem uma nova característica, pois, para além do seu caráter amplo, se notabilizaram pela transferência de recursos para núcleos de alfabetização, financiando docentes e material didático, a partir de convênios firmados entre o poder público e demais entidades, fomentando e abrindo espaços importantes para as experiências da educação popular (PAULA, 2011). É representativo, por exemplo, que em Guarulhos, com o fim do MOBREAL, as iniciativas populares, como as da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, se tornarem as principais referências em educação popular, estando a reboque principalmente de pastorais ligadas a igrejas (GUARULHOS, 2012)

Em 1988, a Constituição Federal traz, no artigo 208, a definição do acesso à educação básica para todos, de maneira gratuita, inclusive àqueles que não a tiveram na idade própria, estendendo este dispositivo aos jovens e adultos. Entre outros dispositivos criados, como o Artigo 214 que previa a elaboração de Planos Nacionais da Educação, estava o artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias, que trazia uma meta ambiciosa: estipulava dez anos de esforços em prol da universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, dedicando para tal meta 50% dos recursos vinculados da educação. Para Di Pierro, “a vitalidade das iniciativas da sociedade civil, combinada ao consenso retórico dos gestores educacionais dariam os argumentos à luta pelos direitos educativos dos jovens e adultos na Constituinte.” (DI PIERRO, 2000, p. 81)

Entre a Constituição de 1988 até o estabelecimento das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, são marcantes as iniciativas de alfabetização de adultos que começam e são descontinuadas, com durações exíguas: o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (1991), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-1994). Para Sandra Fernandes Leite,

O período a partir de 1995 foi marcado pela busca de estabilização econômica, com restrição de gastos e cortes de verbas públicas. O setor educacional foi duramente afetado e a reforma educacional atingiu fortemente a educação básica de jovens e adultos, fazendo com que o governo escolhesse programas alternativos e parcerias. (LEITE, 2013, p. 25)

Destarte, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Educação de Jovens e Adultos passa a ser compreendida como uma modalidade da Educação Básica, adquirindo um novo significado para a educação de maneira geral, merecendo, em tese, mais atenção por parte de legisladores, dos governos e das instituições, também com mais verbas e financiamento.

Entretanto, este ligeiro avanço, ainda durante a década de 1990, foi solapado por outras medidas que tornaram crítica a situação da educação de jovens e adultos, principalmente em se tratando do financiamento e em relação ao atendimento da população. Com a Emenda Constitucional 14/96, o Fundef é criado com a EJA excluída do cômputo geral das matrículas, não fazendo assim jus aos recursos. Para Leite “a saída encontrada por muitos municípios para a educação de adultos foi o estabelecimento de parcerias com movimentos sociais e organizações não governamentais” (LEITE, 2013, p.24).

Com o fim do MOBREAL na década de 1980, se mantêm as turmas de Ensino Supletivo do Governo do Estado e, principalmente, as primeiras escolas privadas que investem no ensino de adultos. Na década de 1990, outra experiência ganha corpo no município de Guarulhos. Por meio de parceria com o Governo Federal, através da Alfabetização Solidária, a prefeitura de Guarulhos inaugura um programa chamado Projeto Educacional de Valorização do Adulto (PEVA), cujo objetivo principal era a alfabetização dos funcionários públicos de Guarulhos. Foram abertas cinco classes. Ancorado nos programas veiculados pelo Telecurso 2000 e com poucos professores (funcionários da própria prefeitura que aceitavam dobrar a jornada para atender, às vezes, os próprios colegas), o programa teve vida curta na cidade.

Durante todo este período, em Guarulhos, a EJA ficou circunscrita a convênios realizados entre a prefeitura e entidades assistenciais. Na maioria das vezes, havia apenas salas voltadas para a alfabetização. O poder público oferecia os professores municipais e as entidades cediam os espaços físicos. Ao final da década de 1990, o ensino supletivo em Guarulhos contabilizava 2000 alunos, organizados em 14 classes localizadas em igrejas, cemitérios, associações de bairros etc. (NOGUEIRA, 2004, p. 50). Em conjunto com este atendimento, havia também escolas municipais que ofereciam supletivo no período noturno.

3 ANOS 2000: NOVOS CONTORNOS DA EJA EM GUARULHOS

Em 2000 um novo governo municipal é eleito na cidade de Guarulhos. Sob o comando de Elói Pietá, do Partido dos Trabalhadores (2001-2008), a prefeitura de Guarulhos aproveita os novos marcos institucionais em nível federal que mudam o panorama da Educação de Jovens e Adultos a partir de 2001, valendo salientar os que seguem:

- 1 O Conselho Nacional de Educação edita o Parecer CNE/CEB n. 11/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000) e, em 2001, o MEC publica a Proposta curricular para a EJA – 1º segmento.
- 2 As Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos trazem para a modalidade de ensino EJA três funções principais: a) garantir o direito à escolarização, negada no passado (função reparadora); b) garantir, por meio da escolarização, a inserção dos educandos em novos espaços da vida social, anteriormente não acessados (função equalizadora); c) considerando a incompletude do sujeito, possibilitar que o desenvolvimento seja ou por meios escolares, ou não escolares (função permanente/qualificadora) (BRASIL, 2000).
- 3 A partir das experiências acumuladas pelo MOVA na cidade de São Paulo, das redes, projetos e programas da sociedade civil constituídos em torno da EJA, é criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Alfabetismo em 2003, tendo o programa MOVA-Brasil como uma das ações (GADOTTI, 2013).
- 4 Em 2004, a criação, no Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), para implementação das políticas da EJA, tendo como motrizes dois programas: o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Fazendo Escola (MACHADO, 2008)¹.
- 5 A criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto nº 5.840/2006, tendo como objetivo a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional em nível médio (LEITE, 2013).
- 6 A Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentada pela Lei nº 12.494/2007, criando um novo fundo de financiamento da educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em que foram incluídos os jovens e adultos como destinatários de investimentos em educação (SILVA, 2012, p. 40).
- 7 Decreto nº 5.478/2005, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional 22 Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Posteriormente, em 2006, foi promulgado o Decreto nº 5.840,

¹ Criada pelo Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004, transformada em Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, revogado pelo Decreto Nº 7.690, de 2 de março de 2012. Fonte: Relatório de Gestão da SECAD - 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18641-secadi-relatorio-gestao-mec-2004-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 jul. 2018.

substituindo o de nº 5.478/2005. A partir do Decreto nº 5.840/2006, a abrangência do programa foi ampliada, passando a incluir o ensino fundamental².

Desse modo, a partir de 2001, o executivo municipal promulga um decreto que prevê a implantação da EJA sob novos moldes, pretendendo atender mais alunos e expandir novas unidades. O Decreto Lei 21.208, de 26 de março de 2001, aponta novos rumos para a EJA:

Esta proposta de ensino fundamental para jovens e adultos, a ser oferecida preferencialmente no período noturno para trabalhadores se comporá de três ciclos, os dois primeiros correspondentes às 1 e 4 séries, e o terceiro correspondente às 5ª e 8ª série, para efeitos curriculares e administrativos, inclusive para classificação no Censo Escolar do MEC que fundamenta a distribuição de recursos do Fundef. (GUARULHOS, 2001, p. 1)³

Uma nova estrutura é criada para atender às novas demandas da EJA na cidade. É formado no interior da Secretaria um Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA), responsável por produzir materiais didáticos, formar professores e realizar a gestão. O grupo de assessores é formado por pesquisadores da Escola Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (NOGUEIRA, 2004).

Nesse sentido, é criado em 2001, no âmbito de um novo olhar sobre Educação de Jovens e Adultos, o Programa de Ensino Fundamental Regular com Educação Profissional, que, além de absorver os jovens e adultos fora da escola, incorpora a dimensão da educação profissional na organização do ensino regular. Nesse mesmo sentido, em 2002 a política de atendimento da EJA volta a ser estendida aos servidores públicos do município (NOGUEIRA, 2004).

Outra importante medida tomada pela prefeitura foi o reconhecimento da EJA pelos Conselhos de Educação em nível municipal, estadual e nacional. Para Haddad (2007), “após esses procedimentos legais, a EJA passou a ser compreendida como uma política pública permanente, integrada aos órgãos da Secretaria da Educação, superando a ideia de transitoriedade das propostas anteriores. ” (HADDAD, 2007, p. 167). Com essa organização, a EJA na cidade passa a ser composta por dois ciclos, constituindo o primeiro segmento: os ciclos I e II, referentes ao período

² Criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf. Acesso em: 17 jun. 2018.

³ Este artigo teve nova redação dada pelo Decreto nº 26.963/2009 e novamente foi alterado pela redação dada pelo Decreto nº 31.321/2013. Disponível em: http://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_download/21208decr.pdf. Acesso em: 14 maio 2018.

de alfabetização, que poderiam ser completados em dois anos. O segundo segmento, referente à pós-alfabetização, seria composto pelos ciclos III e IV, a partir de 2003.

Através do Decreto nº 21.544, de 14 de março de 2002, é criado o MOVA em Guarulhos, sendo constituída uma divisão interna da Secretaria de Educação responsável pela sua mobilização junto à sociedade civil. Posteriormente, o MOVA se transforma no Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de Guarulhos, amparado pela Lei nº 7.113, de 07 de janeiro de 2013. O MOVA representa um capítulo à parte na história da Educação de Jovens e Adultos de Guarulhos, fugindo ao escopo desta pesquisa, pois ao mesmo tempo em que expressa uma ação de monta do poder público na cidade, tal influência acaba configurando um caráter híbrido na parceria entre a sociedade civil e o estado isso porque

Se para alguns, o MOVA é um programa da Prefeitura de Guarulhos que busca apenas superar o analfabetismo e incluir seus educandos na escola, para outros, o MOVA se caracteriza como um movimento social, que busca não apenas alfabetizar seus sujeitos, mas sim torná-los emancipados, críticos, capazes de intervir na sociedade propondo transformações, superando, portanto, seu histórico de exclusão. (DIAS et al., 2013, p. 484)

Em 2003, os Ciclos III e IV foram implantados atendendo à demanda de abaixo-assinados realizados por alunos que desejavam a continuidade dos estudos. Com a reorganização da modalidade, com novos marcos institucionais que permitiam acessar a verba do Fundef, mas devido principalmente à opção política de fazê-lo, o número de matriculados na EJA em Guarulhos cresceu consideravelmente neste período. Para Haddad,

Como consequência da vontade política e da destinação dos recursos obtidos do Fundef, a proposta trouxe um importante impulso para EJA no município, já que em 2001 eram atendidos cerca de 900 alunos e, em 2005, o atendimento chegou a 7 mil alunos. (HADDAD, 2007, p.168)

No ensejo das mudanças, aspectos em relação ao currículo e à organização escolar começam a ser reelaborados. Em 2003, é iniciado um importante debate sobre os caminhos para a EJA, contando com professores, alunos e comunidades. Ainda que, com o relato de algumas tensões entre educadores que não desejavam uma mudança curricular tão profunda, o debate acerca do estado de momento da EJA estabelece novos fundamentos para o programa, associando o ensino fundamental regular com a educação profissional. Conforme o excerto abaixo:

Nesse sentido, constata-se a necessidade de uma rede pública de Ensino Fundamental que propicie aos jovens e adultos analfabetos ou de muito baixa escolaridade a possibilidade de uma educação integral que incorpore a educação básica, a formação cidadã e a qualificação profissional, visando uma educação para a inclusão social das crescentes camadas de excluídos (GUARULHOS, 2003, p.24)

Como resultado dessas discussões, é criado um material didático próprio denominado Caderno do Educador e Caderno do Educando, para ser distribuído aos alunos a partir de 2004. Em 2007, muitas experiências de escolas passam a ser documentadas por professores, coordenadores e técnicos da EJA de Guarulhos. No artigo “Alfabetização e letramento na educação de jovens e adultos: subsídios para a prática educativa” (EQUIPE NÚCLEO EJA, 2009), é nítido o legado desta nova visão em que se procura a integralização da qualificação profissional com o ensino regular.

Essa vinculação entre educação escolar e mundo do trabalho, incorporada às práticas curriculares da EJA de Guarulhos, pode ser observada no Decreto nº 5.154/2004, que regulamentou o capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), ao considerar que

A formação inicial e continuada de trabalhadores se constitui por cursos ou programas de Educação Profissional que articular-se-ão preferencialmente com os cursos de Educação de Jovens e Adultos, objetivando a educação para o trabalho e a elevação do nível da escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho (BRASIL, 2004).

Os encontros do núcleo EJA da Secretaria de Educação tiveram o objetivo de discutir o currículo da EJA, tendo como pressuposto a integralização entre ensino regular e educação profissional, buscando a produção de materiais didáticos respectivos (EQUIPE NÚCLEO EJA, 2009, p. 147). O artigo apresentou um relato da experiência do Grupo de Construção Curricular refletindo as experiências de alfabetização dos educandos e buscando estabelecer novos processos de aquisição da escrita. A vivência contou com a participação de coordenadores e professores da rede municipal naquele momento.

Outra experiência marcante da rede de Guarulhos no atendimento de jovens e adultos neste período foi a parceria com Instituto Federal de São Paulo por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Formação Inicial Continuada (Proeja/FIC) em 2009, que visava a educação profissional associada a uma formação social pautada em espaços de formação para além da sala de aula. Inspirada por ações do governo federal, o Proeja-FIC em Guarulhos, em comparação com os demais projetos ocorridos em outras cidades da região metropolitana, apresentou os melhores resultados. Esta experiência foi documentada na tese *O currículo integrado no contexto de implantação do PROEJA FIC: a experiência dos municípios de Francisco Morato, Guarulhos,*

Itapevi, Osasco, São Bernardo do Campo e Várzea Paulista, produzida por Sandra Torquato Bronzate (2014), que fez um compêndio dessas ações em que o Instituto Federal de São Paulo tomou parte em parceria com as prefeituras.

Bronzate (2014) trata em um dos capítulos que o projeto piloto PROEJA/FIC de 2009, parceria entre a Secretaria de Educação de Guarulhos e o Instituto Federal de São Paulo, tinha o objetivo de integralizar as ações de formação profissional e escolar por meio de um projeto pedagógico comum. Para a autora, “do ponto de vista da integração curricular, pode-se dizer que Guarulhos foi a experiência que mais avançou no sentido de tentar construir um currículo integrado” (BRONZATE, 2014, p. 195). Um dos motivos principais para a autora foi a integração entre educadores da rede e do próprio instituto (ibidem, p.194).

Finalmente, tais experiências de pensar e repensar o currículo da EJA convergem no processo que envolveu a elaboração da Proposta Curricular - Quadro de Saberes Necessários (QSN). Contando com a participação de educadores da rede, o processo consubstanciou o documento base implantado em 2010, se tornando a principal orientação curricular do município para a EJA e as demais modalidades de ensino, o qual propõe que

A Educação de Jovens e Adultos deve incorporar, no processo de formação do educando, a dimensão e o exercício da cidadania pelo trabalho não alienado, o que significa desenvolver a capacidade de pensar e planejar o próprio trabalho e participar do processo de sua gestão. (GUARULHOS, 2010, p. 92)

Outro importante relato sobre este dinamismo das experiências adquiridas pela Educação de Jovens e Adultos durante a década de 2000 está no relato do professor Miguel Arroyo (2007), então realizando um balanço das políticas públicas para a EJA no arco do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos. Arroyo, que foi um dos responsáveis pela implantação do MOVA na cidade de Guarulhos ainda em 2002, descreveu uma experiência vista na cidade, sem nominar a escola:

Há experiências muito interessantes que tentam perceber esses jovens e adultos como trabalhadores na sobrevivência, no trabalho informal, buscando vincular o direito à educação básica com a qualificação para esse tipo de trabalho. Como exemplo, temos a experiência na cidade de Guarulhos. Logo no primeiro dia de entrada na sala de aula, na EJA, se faz um mapeamento de que tipo de trabalho esses jovens fazem. Antes de se perguntar em que série eles terminaram, perguntava-se em que trabalhos estão inseridos. (ARROYO, 2007, p. 13)

Nesse conjunto de experiências ao começo da década de 2010, ainda podemos citar as iniciativas em torno da proposta de escola democrática. A Escola da Prefeitura de Guarulhos (EPG) Gianfrancesco Guarnieri adota como projeto político pedagógico a ideia de *escola democrática*.

Em um dos livros publicados pela escola, intitulado *Os processos de construção de uma escola democrática* (2015), Gisele Renco Tendeiro, após fazer um balanço sobre as tendências de escolarização no Brasil, indica a inspiração da Pedagogia Crítica-Progressista assim definida:

Esta tendência acredita que a escola, consciente de seu papel político-social deve transformar-se internamente e desta maneira, transformar o entorno, fornecendo aos educandos a base para a entrada no mundo adulto e propiciando às crianças embasamento crítico para o entendimento das suas contradições. (TENDEIRO, 2015, p. 26)

No seio dessa experiência, outras escolas na rede começam a adotar propostas alternativas de escolarização. E é na convergência entre as experiências docentes e motivações surgidas no “chão” da escola que se inicia, em 2014, uma experiência de educação de jovens e adultos denominada de Projeto Autonomia do Saber (PAS), sobre cuja sistematização e estudo realizamos dissertação de mestrado sob o título “Os caminhos de uma experiência na educação de jovens e adultos de Guarulhos: o Projeto Autonomia do Saber e a formação de professores (2014-2017)”, defendida na Universidade Federal de São Paulo, no programa de Pós Graduação em Educação.

Nascido em uma escola da periferia da cidade, EPG Gabriela Mistral, localizada no bairro do Cabuçu, o projeto foi resultado dos esforços de professores e da coordenadora da unidade e posteriormente replicada como piloto em outras duas escolas do município. O PAS propõe uma nova metodologia para articular as ações na escola, de maneira menos verticalizada e mais democrática. Como estabelecido nos documentos oficiais do Projeto Autonomia do Saber, a implementação deste projeto visava “garantir uma aprendizagem significativa aos jovens e adultos em um ambiente de convívio e interação, onde cada um possa estudar, criar, trocar experiências e ter seus saberes valorizados.” (GUARULHOS, 2014, p. 1).

Na construção do PAS, esses professores se inspiraram em experiências locais ou distantes para pensar as mudanças possíveis para interferir em seus problemas, diagnosticando-os a partir do processo de escuta e recriando em seus contextos diversos - social, cultural e econômico - novos modelos de prática educativa, considerando os educandos parte do processo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este sobrevoo sobre a trajetória da EJA na cidade de Guarulhos, identificamos alguns importantes legados que insistem em permanecer nas práticas de professores e

coordenadores, o que estabelece uma identidade única e singular para a modalidade na rede municipal.

A primeira consideração importante é o número de alunos atendidos pela política pública na cidade. É nítido o crescimento de atendidos pelo município no passar dos anos. Uma política pública que nos anos da década 1990 atendia algumas centenas de pessoas por meio de um programa voltado para funcionários da municipalidade, chega em 2012, segundo dados consolidados da própria Prefeitura de Guarulhos, a atender 4879 educandos no MOVA e 3871 matriculados no EJA regular, totalizando 8750 pessoas atendidas (GUARULHOS, 2012).

Outra observação importante é o acúmulo de experiência na ação de pensar e repensar o currículo que projeta flexibilização na forma de organização do tempo e do espaço escolar. Desde as iniciativas do chamado Caderno do Educador em 2003, perpassando pelo Proeja em 2009, até o Projeto Autonomia do Saber durante o tempo que persistiu (2014-2017), essas ações estabeleceram uma prática permanente de olhar para o percurso formativo do aluno de maneira singular, partindo da ideia de um currículo flexível que se molda às necessidades da escola.

Com a gestão do prefeito eleito em 2016, Gustavo Henric, é sentida algumas mudanças. No segundo semestre de 2017, eram 3478 educandos matriculados nos 20 polos de atendimento da rede municipal. Ainda em 2017, o atendimento do MOVA foi descontinuado causando uma baixa considerável no atendimento de alfabetização, pois, apesar de não haver dados atualizados do censo demográfico, ainda há um público da cidade que não teve este atendimento. Além disto, sob a força de novas bases epistêmicas trazidas pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), no ano de 2018 a rede municipal de ensino iniciou um processo de revisão e readequação do currículo na cidade. O movimento foi interessante para reafirmar o papel que o supracitado QSN continua ocupando, como um documento basilar para as práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos na cidade, defendido por parte dos educadores e gestores da rede ainda hoje.

Podemos também afirmar que a Educação de Jovens e Adultos em Guarulhos possui um forte vínculo com as experiências em educação popular, desde as primeiras ações promovidas em parceria com o MOBREAL, perpassando por ações organizadas nos bairros ligadas às CEBs, chegando finalmente à implantação do MOVA na cidade em 2002. Esta relação estreita entre poder público e movimentos populares pode ainda ser sentida na intensa preocupação com os processos de formação do currículo e preocupação com os processos de aprendizagem significativa, expressas nas experiências de organização curricular a partir dos anos 2000.

Por fim, vale destacar os marcos institucionais erigidos para dotar a EJA da cidade com mecanismos de financiamento mais eficientes, que permitem à cidade de Guarulhos a oferta do atendimento de maneira permanente e estável.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **REVEJ@** - Revista de Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte, v. 1, n. 0, p. 5-19, ago. 2007.

BANDEIRA, M. **Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil 1961-1964. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BEISIEGEL, C. de R. **Estado e Educação Popular**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília: 10 maio 2000. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/decretos/Decreto_5154-2004.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRONZATE, S. T. **O currículo integrado no contexto de implantação do PROEJA FIC**: a experiência dos municípios de Francisco Morato, Guarulhos, Itapevi, Osasco, São Bernardo do Campo e Várzea Paulista. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

CASANOVA, K. C. L. **EJA e educação escolar**: um estudo de como o aluno constitui sentidos sobre a escola e seu processo de escolarização. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CIAVATTA, M.; RUMMERT, S. M. As implicações políticas e Pedagógicas do Currículo na Educação de Jovens e Adultos integrada à Formação Profissional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, p. 461-480, 2010.

COSTA, P. C. Hélio Reis e Paulo Freire: teoria e prática em aprendizados mútuos. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v.12, n.1, p. 219-239, jan/jun. 2014.

DIAS, C. E. S. B.; COSTA, P. C. da. MOVA-Guarulhos: um espaço de militância e o perfil do seu educador. **Revista Olhares**, Guarulhos, v. 1, n1, p. 477-499, maio. 2013.

DI PIERRO, M. C. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica São Paulo, São Paulo, 2000.

EQUIPE NÚCLEO EJA. Alfabetização e letramento na educação de jovens e adultos: subsídios para a prática educativa. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, V.3, n. 2, p. 145 - 155, 2009.

GADOTTI, M. (org). **MOVA-Brasil 10 anos: Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.

GUARULHOS (Prefeitura). **Revista de Educação**. Caderno 1. 2012. Disponível em: <http://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/portal/php/gerarArquivo.php?txtID=472>. Acesso em: 22 abr. 2019.

GUARULHOS (Prefeitura). Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos. **Almanaque Mova 10 anos**. 2012. Disponível em: http://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/almanaque_mova_subsite.pdf. Acesso em: 20 maio 2017.

GUARULHOS (Prefeitura). **Autonomia do Saber**: documento que trata das balizas pedagógicas do programa, 2014.

GUARULHOS (Prefeitura). Secretaria Municipal de Educação. **Proposta curricular**: quadro de saberes necessários. 2010. Disponível em: http://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/ppp_qsn.pdf. Acesso em: 30 abr. 2017.

GUARULHOS (Prefeitura). **Caderno do Educador**. 2003.

HADDAD, S. **Novos caminhos em educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Global. 2007.

LEITE, S. F. O direito à educação na modalidade de educação de jovens e adultos. *In*: JEFREY, D. C. (org.). **A educação de jovens e adultos: questões atuais**. Curitiba: CRV, 2013.

MACHADO, M. M. (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: Secad/MEC/Unesco, 2008.

NOGUEIRA, R. de M. **Reflexões sobre a política de formação docente em Guarulhos**: com a palavra os professores de EJA. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, J. L. **As origens do Mobral**. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação), Departamento de Administração de Sistemas Educacionais -Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1997.

PAULA, C. R. de. **A educação de jovens e adultos**: a educação ao longo da vida. Curitiba: Ibpeex. 2011.

SAVIANI, D. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SILVA, K. W. A. da. **A educação de jovens e adultos na formação de professores de matemática**: expectativas e desafios. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TENDEIRO, G. R. **Os processos de construção de uma escola democrática**. Guarulhos: PMG, 2015.